

## **Reflexões de Walter Benjamin para pensar o “Povo Comum”<sup>1</sup>**

**Nataniél Dal Moro**<sup>2</sup>

**Resumo:** O principal objetivo deste artigo é externar e comentar alguns conceitos existentes nos escritos do pensador alemão Walter Benjamin (1892-1940), tais como: civilização, barbárie e cultura, e explicitar o quão útil é a problematização feita por Benjamin a respeito destes conceitos, sobretudo para o historiador que intenta pensar a história do “povo comum” via fontes produzidas pelas elites.

Walter Benjamin (WB) é um autor que li na graduação em História, no mestrado e continuo a ler no doutorado com grande proveito. Suas reflexões sempre possibilitam problematizar e tensionar mais apropriadamente os meus objetos de estudo. Antes, na graduação, os trabalhadores industriais na cidade de Sidrolândia (MS); agora, mestrado e doutorado, as representações elaboradas pela elite da cidade de Campo Grande sobre o “povo comum” que meneava pelas principais vias do centro desta cidade no decorrer das décadas de 1960-70.

No decorrer do primeiro semestre de 2008 pude, mais uma vez, e não sem grande proveito, reler WB e dialogar com os colegas de turma e com a Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias a respeito do conteúdo dos escritos deste autor alemão da primeira metade do século XX. Ao longo deste artigo busco externar e comentar sobretudo os conceitos-chave contidos no texto intitulado “*Teses sobre Filosofia da História*”, escrito por WB em 1940, pouco tempo antes de se suicidar.

---

<sup>1</sup> Inicialmente o texto deste artigo foi apresentado como trabalho final para obter aprovação na disciplina “Seminário Avançado I”, ministrada pela Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias, no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no primeiro semestre de 2008.

<sup>2</sup> Doutorando em História (PUC-SP). Bolsista CAPES. Integrante do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC), que é coordenado pela Profa. Dra. Yvone Dias Avelino. E-mail: [natanieldaloro@bol.com.br](mailto:natanieldaloro@bol.com.br)

Faço também um diálogo com outros textos, todos eles apresentados e discutidos na disciplina “Seminário Avançado I” e que possuem grande proximidade com a tese de doutorado que desenvolvo, por enquanto denominada: “*O pensar da elite sobre o “povo comum”: espaço público e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*”.

WB sinalizou que por meio do passado pode-se criticar o presente no qual estamos. Este presente, em geral, menciona apenas os feitos realizados pelos grandes sujeitos, como homens públicos e a burguesia mais abastada. Para que isso seja feito deve-se “contar” tanto os grandes como os pequenos acontecimentos. Deve-se externar que todas as pessoas, independente da posição que ocupam, fazem história e possuem cultura. Vejamos as palavras de WB:

O cronista que se põe a contar os acontecimentos sem distinguir pequenos e grandes presta tributo à verdade de que nada do que alguma vez tenha acontecido pode ser considerado perdido para a história. Certamente só uma humanidade redimida há de assumir todo o seu passado. Isso quer dizer: tão-somente à humanidade redimida o passado se torna citável em cada um dos seus momentos. Cada um dos seus instantes vividos se torna um *citation à l'ordre du jour* – dia esse que é exatamente o último (BENJAMIN, 1985:155).

Fazer isso seguramente implica em refutar veementemente a teoria evolucionista e os postulados positivistas, pois se se considera que existe uma escala de importância do que pode ser mencionado e do que não precisa ser lembrado, logo, se opta por falar de uns sujeitos e de não mencionar outros; opta-se então por falar dos dominadores e por não falar dos dominados.

WB também nos alertou para que não realizemos análises sem relacionar a super com a infra-estrutura, já que não relacioná-las implica em desconsiderar a existência dos pormenores na História, ou seja, deixar de mencionar a existência dos “pequenos acontecimentos” que, por sua vez, são produzidos pelo “povo comum”<sup>3</sup>. Observemos então a relevância de se considerar os “pormenores”:

A luta de classes, que está sempre ante os olhos de um historiador escolado em Marx, é uma luta em torno das coisas brutas e materiais, sem as quais não haveria as finas e espirituais. Apesar disso, na luta de classes estas últimas não estão presentes senão como um espólio que recai para o vencedor. Nesta luta estão vivas como confiança, como coragem, como humor, como astúcia, como denodo, tendo um efeito retroativo até os tempos mais longínquos. Sempre de novo hão de questionar cada vitória que tenha sido alcançada pelos dominadores. Assim como flores movem a sua corola na direção do sol, assim também, por força de um misterioso heliotropismo, aquilo que foi se volta para o sol que vem nascendo no céu da história. O materialista histórico precisa ser um entendido nesta mudança, que é das menos perceptíveis (BENJAMIN, 1985:155).

---

<sup>3</sup> Utilizo os termos “povo comum” e/ou “pessoas comuns” no sentido atribuído a eles por HOBBSAWM (1990), no texto *A outra história: algumas reflexões*. In: KRANTZ, Frederick. **A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 18-33. Ver também os textos de SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62; SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A história nova**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 352-390; THOMPSON, Edward Palmer. A história vista de baixo. In: \_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 185-201; THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 e HOBBSAWM, Eric. **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vale frisar que tanto Frederick Krantz (1990:10-11) como Eric Hobsbawm (1990:18) ressaltaram que George Rudé, autor de *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991, foi um dos pioneiros – para Hobsbawm ele foi “ilustre pioneiro” – no estudo do “homem comum” e/ou da “história da gente comum”. Consultar também a obra de um dos professores de Rudé, LEFEBVRE, Georges. **O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Ao serem considerados os “pormenores” pode-se visualizar toda uma gama de sujeitos históricos que não se fazem perceptíveis no pensamento idealista e no historicismo, já que tais correntes de pensamento filosófico buscam perpetuar a chamada história universal, no qual o tempo vivido é pensado como “vazio e homogêneo”.

Estes mesmos sujeitos nem sempre se deixam subjugar pelo opressor, tal como externam os escritos de Michel de Certeau (1994:91-106 e 169-191) e, por vezes, também acabam por fazer com que os dominantes experimentem/sofram uma determinada “deslocalização”, assim como propuseram Akhil Gupta e James Ferguson (2000:30-49), tendo como base a reflexão elaborada por Hommi Bhabha (1989).

Em síntese, os autores Gupta e Ferguson propõem que se pense a “diferença cultural” existente num mesmo espaço e local e não apenas entre locais físicos distantes, tal como faz – ou deve fazer – o materialista histórico pensado por WB.

O materialista histórico não pode renunciar a um conceito de presente que não seja ponto de passagem, mas que se assuma e se imobilize em seu limiar. Pois tal conceito define exatamente este presente em que ele escreve história para si mesmo. O historicismo pretende apresentar a imagem “eterna” do passado; o materialista histórico, uma experiência dele que se coloca como única. Ele deixa para os outros descarregar-se com a prostituta “Era uma vez” no bordel do historicismo. Ele se mantém senhor de suas forças: homem suficiente para explodir a continuidade da história. [...].

O historicismo culmina justamente na história universal. Nisso é que, mais do que em qualquer outra coisa, a historiografia materialista se diferencia mais nitidamente. O historicismo não tem armação teórica. Procede por adição: conclama a massa dos fatos para preencher o tempo vazio e homogêneo (BENJAMIN, 1985:162).

Ao criticar os pensamentos historicista e idealista WB externa que a via mais acertada é a do materialista histórico, já que este analisa o passado dos sujeitos oprimidos, pois não se afasta do passado e nem deixa de considerá-lo como um campo repleto de barbárie.

WB sugere que se questione a tradição que o “passado” nos legou. O historiador precisa desconfiar dos documentos e das fontes, assim como dos “bens culturais” com os quais convive e que lhe foram legados pela cultura. O “passado” não é só cultura, mas também barbárie, embora seja externado pelos dominadores como “civilização”.

No escrito denominado “Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica”, de Neil Smith (2000:132-175), há um exemplo de como o “progresso” e a “civilização” produzem em todos os instantes uma cultura da barbárie e que existe sempre a necessidade de se questionar, de se indagar sobre o passado que o presente possui, pois nem sempre o que é dito como sendo verdadeiro e benéfico para a sociedade é, de fato, verdadeiro e benéfico.

Smith (2000) demonstra exemplarmente como o “progresso” de alguns setores da economia (produção de carinhos para supermercados) é, na verdade, indicativo seguro de que esta mesma economia (e a sociedade) vão mal economicamente.

Articular historicamente algo passado não significa reconhecê-lo “como ele efetivamente foi”. Significa captar uma lembrança como ela fulgura num instante de perigo. Para o materialista histórico, trata-se de fixar uma imagem do passado como ela inesperadamente se articula para o sujeito histórico num instante de perigo. O perigo ameaça tanto os componentes da tradição quanto os seus receptores. Para ambos ele é um só: sujeitar-se a ser um instrumento da classe dominante. A cada época é preciso sempre de novo tentar o que foi transmitido do conformismo que ameaça subjugar-lo. Pois o Messias não vem apenas como o Salvador; ele vem como

o vencedor do Anticristo. Captar no pretérito a centelha da esperança só é dado ao historiador que estiver convicto do seguinte: se o inimigo vencer, nem mesmo os mortos estarão a salvo dele. E esse inimigo ainda não parou de vencer (BENJAMIN, 1985:156).

Ao vencer do inimigo opressor cada vez mais a cultura passa a ser barbárie, embora este inimigo chame esta cultura de “civilização”. Para o materialista histórico esta cultura defendida pelo historicismo é sempre “barbárie”, uma vez que se sustenta na medida em que subjuga outras culturas, quais sejam, as não hegemônicas: a cultura dos dominados.

Os dominadores num certo momento histórico são, no entanto, os herdeiros de todos aqueles que alguma vez já venceram. Assim sendo, a identificação com o vencedor acaba toda vez beneficiando o detentor do poder. Com isso já se disse o suficiente para o materialista histórico. Quem até esta data sempre obteve a vitória participa da grande marcha triunfal que o dominador de hoje celebra por cima daqueles que hoje estão atirados no chão. Como era de costume, a pilhagem é arrastada junto no cortejo triunfal. Costuma-se chamá-la de: bens culturais. No materialista histórico, eles terão de contar com um observador distanciado. Pois tudo o que ele consegue perceber em termos de bens culturais, tudo, sem exceção, tem uma origem que ele não pode rememorar sem horror. Eles devem a sua existência não só aos esforços dos grandes gênios que os produziram, mas também à anônima servidão dos seus contemporâneos. Não há documento de cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie. E assim como os próprios bens culturais não estão livres de barbárie, também não o está o processo de transmissão com que eles passam de uns a outros. Por isso, o materialista histórico se afasta o máximo possível da tradição. Ele considera como tarefa sua pentear a história a contrapelo (BENJAMIN, 1985:157).

Pode-se afirmar então que ao pentear a história a contrapelo o historiador engajado com a história do “povo comum” faz uma força, uma luta que se opõe determinantemente ao progresso, a civilização, ao tempo linear e homogêneo que é visto pelo Anjo da História externado por WB na Tese IX do texto chamado “*Teses sobre a Filosofia da História*”.

Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Nele está representado um anjo, que parece querer afastar-se de algo a que ele contempla. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão prontas para voar. O Anjo da História deve parecer assim. Ele tem o rosto voltado para o passado. Onde diante de nós aparece uma série de eventos, ele vê uma catástrofe única, que sem cessar acumula escombros, arremessando-os diante dos seus pés. Ele bem que gostaria de poder parar, de acordar os mortos e de reconstruir o destruído. Mas uma tempestade sopra do Paraíso, aninhando-se em suas asas, e ela é tão forte que ele não consegue mais cerrá-las. Essa tempestade impele-o incessantemente para o futuro, ao qual ele dá as costas, enquanto o monte de escombros cresce ante ele até o céu. Aquilo que chamamos de Progresso é essa tempestade (BENJAMIN, 1985:157-159).

### Imagem 1. Paul Klee<sup>4</sup>, *Angelus Novus* (1932)



Fonte: BENJAMIN, 1985, p.158.

---

<sup>4</sup> Sua pintura abstrata é uma das mais marcantes do período modernista. Nascido em 1879 em Münchenbuchsee, perto de Berna-Suíça, em 1898 vai estudar na Academia de Munique, na Alemanha. Até 1906 produz gravuras, desenhos e aquarelas, sem que sua arte seja bem-aceita. A partir de 1911 participa do grupo Der Blaue Reiter (O Cavaleiro Azul), que congregava pintores de vanguarda, como Wassily Kandinsky e Franz Marc. Começa então a receber convites para exibir seus trabalhos em importantes galerias. Em 1912 viaja para Paris e, dois anos depois, para a Tunísia, recebendo influência do cubismo e da cultura oriental. Seus quadros mostram a mistura de inúmeros elementos, da arte pré-colombiana à tapeçaria persa, do mosaico bizantino ao racionalismo geométrico. Entre 1921 e 1926 trabalha na Bauhaus, como artista e professor. Após viajar pela Itália e pelo Egito, entre 1926 e 1928, começa a ensinar na Academia de Düsseldorf, na Alemanha. Em 1933, suas obras são confiscadas pelo regime nazista e ele se instala na Suíça, onde morre, em Muralto, perto de Locarno. Suas idéias estão expostas nos livros *O Pensamento Artístico* (1920) e *Cadernos de Esforços Pedagógicos* (1925). Morreu em 1940.

Sem dúvida este engajamento do materialista histórico diz muito sobre as pessoas e as coisas que ele aceita e as que ele recusa e combate cotidianamente. A história universal, linear e homogênea, seguramente é uma força com a qual este historiador materialista depara-se e luta para eliminá-la da sociedade.

Nesse sentido, WB defende em seus escritos, de acordo com a filósofa Jeanne Marie Gagnebin (1999), uma “história descontínua”; história esta que faz uma crítica a diversos tipos de história, como a história habitual, a história tradicional e a já mencionada história universal.

Benjamin tenta pensar uma “tradição” dos oprimidos que não repousaria sobre o nivelamento da continuidade, mas sobre os saltos, o surgimento (Ur-sprung), a interrupção e o descontínuo: “O continuum da história é o dos opressores. Enquanto a representação do continuum iguala tudo ao nível do chão, a representação do descontínuo é o fundamento da autêntica tradição”. [...] Acolher o descontínuo da história, proceder à interrupção desse tempo cronológico sem asperezas, também é renunciar ao desenvolvimento feliz de uma sintaxe lisa e sem fraturas (GAGNEBIN, 1999:99).

Para Gagnebin (1999:102), ao se fazer uma história descontínua, que prima pela “[...] necessidade de uma outra escrita da história e de uma outra história [...]”, se faz necessariamente também uma crítica e um combate aos postulados da história universal. Crítica e combate que são feitos por meio do conceito de “cesura”, que é o ato de cortar, de golpear e de cicatrizar.

De acordo com Gagnebin (1999:106), o conceito de cesura critica a história universal. A

[...] cesura opera uma ruptura no desenvolvimento falsamente “épico” da narrativa; contra a ilusão tentadora que queria ver no fluxo de nossas palavras a abundância da natureza, ela lembra que nossa narração (em particular nossa “história”!) não segue por si mesma, que ela é o resultado de decisões singulares, até arbitrarias, e não o fruto de um processo universal e orgânico.



[...] (A cesura) destrói a continuidade que se erige em totalidade histórica universal e salva o surgimento do sentido na intensidade do presente.

O conceito de “cesura” abarca consigo a idéia de “interrupção” / “fraturas”, que, por sua vez, serve para quebrar com a narrativa proposta pela história universal e, logicamente, com a sua forma de compreender os sujeitos e as coisas que existem no mundo.

Para voltar a uma teoria da narração e da historiografia, as fraturas que escandem a narração não são, portanto, simplesmente as marcas da desorientação moderna ou do fim de uma visão universal coerente. São, igualmente, os indícios de uma falha mais essencial da qual pode emergir uma outra história, uma outra verdade (da qual podem nascer outras histórias, outras verdades). Uma possibilidade que, cumpre repeti-lo mais uma vez, nunca é garantia. Nas teses “Sobre o Conceito de História”, a tarefa do historiador “materialista” é definida, essencialmente, pela produção dessas rupturas eficazes. Longe de apresentar de início um outro sistema explicativo ou uma “contra-história” plena e valente, oposta e simétrica à história oficial, a reflexão do historiador deve provocar um abalo, um choque que imobiliza o desenvolvimento falsamente natural da narrativa [...] (GAGNEBIN, 1999:103-104).

Portanto, a análise do historiador deve obrigatoriamente questionar a narrativa da história oficial que afirma existir uma verdade “natural”, que diz que as coisas estão dadas previamente por causa do ambiente e não em razão das ações políticas dos sujeitos históricos sobre o ambiente no qual os sujeitos vivem.

O pensador francês Pierre Bourdieu (1989:107-132), no texto chamado “*A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região*” demonstra que o conceito de região, por exemplo, geralmente não é alicerçado em bases geográficas e físicas, mas é estabelecido socialmente por meio de lutas de poder, “lutas pelo monopólio”, “luta das classificações” entre grupos sociais diversos, no qual os dominantes procuram reverberar a narrativa oficial que WB tanto procurou combater. As

[...] lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 1989:113).

Sendo assim, lutar contra a narrativa oficial é ter, no entendimento de Gagnebin, “amor ao passado e a seus sofrimentos esquecidos”:

Lembrar-se, portanto, por amor ao passado e a seus sofrimentos esquecidos, decerto, mas igualmente, de maneira ainda mais perigosa, lembrar-se por amor ao presente à sua necessária transformação. Não se trata, portanto, de arquivar e de tesaurizar o passado numa espécie de fidelidade exangue, pretensamente desinteressada e científica, como o afirma o historicismo. Também não se trata de edificar a continuidade heróica de uma contra-história ou de consolar os humilhados de hoje pela evocação de gloriosos amanhãs, como em tantas variantes iluministas ou marxistas da historiografia.

[...] (Trata-se de subverter) o ordenamento tranqüilo do discurso estabelecido; subversão tanto mais violenta quanto ela é também o lembrar de uma promessa e de uma exigência de transformação radical [...] (GAGNEBIN, 1999:104-105).

No entender de Gagnebin, o passado do qual escreveu WB também serve para sugerir caminhos e passos para o presente. Deve-se lutar contra o esquecimento das situações ocorridas no passado. Todavia, esse esquecimento, para Gagnebin, pode ser materializado de duas formas: via esquecimento negativo e via esquecimento positivo. Em outras palavras, existe uma utilidade negativa e outra positiva na noção de esquecimento. O

[...] esquecimento não é sinônimo de perda, como ocorre tantas vezes na reflexão historiográfica de Benjamin, sempre preocupado em salvar o passado de um abandono definitivo. O esquecimento remete aqui à felicidade porque não significa mais negligência, mas, além desta rememoração perigosa que é a dolorosa narração da história, a intensidade do presente. Essa noção positiva de esquecimento é certamente no pensamento de Benjamin, e como várias passagens das “Teses” o testemunham, o eco da crítica nietzscheana à concepção de uma memória reivindicadora e infinita (GAGNEBIN, 1999:110).

O esquecimento positivo traz a felicidade, pois a sociedade já conhece e controla o esquecimento negativo. Este último, por sua vez, quando não controlado, produz o retorno/surgimento de ações totalitárias, tal como o fascismo existente no tempo de WB e que tanto sofrimento trouxe para milhões de outros sujeitos, pois possuíam outras histórias, tinham outras formas de pensar o mundo, como tão bem externou Michael Löwy (2002).

Para Löwy, WB era portador de uma “filosofia pessimista da história” e tinha uma “visão crítica” do que se passava no presente e do que viria no futuro. WB foi o “[...] único entre os pensadores e dirigentes marxistas daqueles anos (da Segunda Guerra Mundial (1939-45), que) [...] teve a premonição dos monstruosos desastres que podia engendrar a civilização industrial/burguesa em crise.” (LÖWY, 2002:202).

É por isso que se pode dizer que as análises de WB são portadoras de uma “filosofia pessimista da história”; não no sentido de que toda História tem que ser negativa, ruim e opressora, como seus escritos tão exemplarmente denunciam, mas sim no sentido de que a História é negativa, ruim e opressora por causa mesmo dos sujeitos históricos existentes que a fazem ser tal qual ela é: negativa, ruim e opressora com os sujeitos mais humildes.

Para combater, não a História, mas esses sujeitos que a fazem ser assim, pode-se recorrer ao método do “esquecimento”. O “esquecimento negativo” permite que o passado de terror se torne presente e seja constantemente combatido. Esquecer o sofrimento ocorrido na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, é permitir o nascimento de mais sofrimento.

Para que o esquecimento negativo não volte à tona ou surja na sociedade deve-se utilizar dois métodos de pesquisa: a violência e a dor (GAGNEBIN, 1999:109). Segundo Gagnebin (1999:32), tais métodos, que podem usar os mais diversos materiais, tais como: fotos, diários, vestimentas, depoimentos orais, ossos humanos, construções destruídas por bombardeios, dentre tantos outros, devem ser legados à sociedade pelos pesquisadores e pelos sujeitos que conseguem “[...] descobrir o sentido (das ações que está, na verdade,) escondido sob o véu das palavras.”

## Referências

BENJAMIN, Walter. *Teses sobre filosofia da história*. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1985.

BHABHA, Hommi K. *Location, intervention, incommensurability: a conversation with Hommi Bhabha*. In: **Emergences**, v. 1, n. 1, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, v. 1.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. *Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença*. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

LÖWY, Michael. *A filosofia da história de Walter Benjamin*. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 16, n. 45, maio/ago, 2002.

SMITH, Neil. *Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica*. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.